



O que está sendo feito?

1. Reunião extraordinária com focalizadores do Pará



O Giac-Covid-19 realizou nesta terça-feira (28) reunião extraordinária com os focalizadores do Pará. O objetivo foi discutir a situação do estado, que enfrenta dificuldades para garantir atendimento aos pacientes com covid-19. Segundo relatos dos focalizadores, há falta de leitos, equipamentos e profissionais de saúde. A preocupação é que a situação se torne

crítica nos próximos dias. Segundo eles, a falta de médicos e profissionais de saúde impede a abertura de leitos já montados e gera uma competição dentro do próprio sistema público por profissionais, elevando preços de plantão, o que pode deixar municípios menores desassistidos. Além disso, o estado está próximo de enfrentar um colapso funerário.

Na reunião, os focalizadores informaram que vêm dialogando com os governos estadual e municipais, em busca de soluções. No entanto, eles pedem apoio do Giac para interlocução com o Ministério da Saúde, em razão da emergência. Ficou combinado que os focalizadores vão enviar documento ao Giac relatando a situação do estado, para subsidiar o contato do Gabinete Integrado com o Ministério.

2. Decisão garante entrega de respiradores ao estado de Pernambuco

A Justiça determinou que a empresa Intermed Equipamentos Médico Hospitalares entregue os 100 respiradores comprados pelo Estado de Pernambuco. Apesar de o recurso para pagar os equipamentos já estar empenhado, a entrega do primeiro lote de 35 respiradores prevista para abril não aconteceu porque Governo Federal requisitou a totalidade dos bens já



produzidos e disponíveis para pronta entrega e todos aqueles que serão produzidos nos próximos 180 dias.

Na decisão, a Justiça lembra que a requisição de bens pela União é permitida, desde que decretado estado de sítio ou de defesa. Sem esse reconhecimento formal, a medida viola a autonomia dos entes federativos. Por isso, Pernambuco deve receber os equipamentos que comprou. O juiz determinou busca e apreensão na sede da empresa, para obter os 35 respiradores do primeiro lote. Se os aparelhos não estiverem disponíveis, a Intermed tem 48 horas para entregá-los, sob pena de multa diária. [Leia a íntegra da decisão.](#)

3. Lista de transmissão do Giac-Covid-19

O Giac-Covid-19 conta com uma lista de transmissão no whatsapp. Por meio da ferramenta, são enviados os boletins e informativos do Gabinete Integrado, as informações e documentos repassados pelo Ministério da Saúde e outros órgãos, além de ações relevantes e resumo de entrevistas coletivas concedidas pela equipe do Ministério. Os membros interessados em participar da lista devem salvar o número (61) 9173-6539 na agenda do celular e enviar uma mensagem pelo próprio whatsapp, solicitado a inscrição.

4. Liminar cancela contratação de empresa para Jogos do Xingu

A pedido do MPF, a Justiça Federal em Barra do Garça (MT) concedeu liminar suspendendo licitação para contratar empresa de eventos esportivos que iria organizar a 3ª edição dos Jogos do Xingu, no município de Querência (MT). Pela decisão, enquanto perdurar a situação de pandemia, o município não pode promover a licitação. Já a União deve bloquear os recursos repassados à Prefeitura mediante convênio para promoção do evento. A liminar foi concedida em ação civil pública proposta pelo MPF, que questionou a realização dos jogos e a contratação da empresa neste momento de pandemia, o que traria risco para a saúde dos indígenas e para o erário. Na última edição, mais de 600 atletas de 15 etnias participaram das competições. Para este ano, a previsão era reunir 30 etnias em uma única aldeia, com público direto e indireto estimado em cerca de 13,6 mil pessoas. [Veja a íntegra da decisão.](#)



5. Liminar garante EPIs para profissionais de saúde no Amapá

O estado do Amapá deverá fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) aos profissionais que atuam em hospitais públicos da rede estadual para reduzir riscos de contaminação pelo novo coronavírus. A liminar foi concedida pela Justiça do Trabalho ao Ministério Público do Trabalho no Amapá (MPT-AP) nessa segunda-feira (27) e determina ainda que o governo estadual realize capacitações a profissionais das áreas de saúde, de pronto atendimento e internação e de limpeza e conservação para que adotem medidas de proteção contra o vírus. A ação civil pública também foi assinada pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelo Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP). [Leia mais.](#)

6. Contratação de refugiados e migrantes

Com o objetivo de conscientizar empregadores sobre a importância de garantir o acesso ao mercado de trabalho a refugiados e migrantes, o MPT divulgou nota técnica para estimular a contratação desses trabalhadores. A instituição defende que seja assegurada igualdade de oportunidades a esse segmento diante do quadro socioeconômico decorrente da pandemia do novo coronavírus. Os refugiados e migrantes constituem um dos segmentos mais vulneráveis à fome e às demais privações econômicas e sociais pelas quais o país passa no momento. [Leia mais.](#)